



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

EDUCAÇÃO INFANTIL: SUAS PRÁTICAS E SEUS SUJEITOS

Gabriela Scramingnon

PUC-Rio

Marta N. V. G. Maia

PUC-Rio

Introdução

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem ganhado legitimidade no âmbito da política educacional. Sendo de responsabilidade dos municípios sua oferta, respeitando os preceitos constitucionais, tanto creches quanto pré-escolas, como instituições educativas, têm uma responsabilidade para com as crianças pequenas, seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

Considerando que a Educação Infantil enquanto proposta de atendimento, não é apenas o que dizemos dela teoricamente, ou o que preceitua a legislação, mas principalmente, o que acontece no cotidiano das instituições, este texto focaliza interações e práticas entre adultos e crianças em creches e pré-escolas.

Baseado nas contribuições da sociologia da infância que reafirma a competência infantil, considerando que as crianças podem dar e dão importantes contribuições às construções dos adultos (CORSARO, 2011), as discussões a respeito da prática pedagógica estão pautadas na realização de um trabalho que respeite os direitos das crianças, seus modos de ser, pensar e conhecer o mundo.

No primeiro item serão feitas considerações metodológicas sobre o processo de realização da pesquisa. O segundo discorrerá sobre as orientações legais da Educação Infantil enquanto proposta de atendimento. O terceiro problematizará o universo investigado em diálogo com as contribuições dos autores que fundamentam o estudo.

I. Considerações metodológicas



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

A pesquisa que deu origem a este texto analisou a produção de teses e dissertações relacionadas a práticas e interações na Educação Infantil, realizadas no período de 2003 a 2013, no contexto de um grupo de pesquisa sobre infância. O estudo desta produção e os diferentes campos pesquisados por cada um dos autores possibilitou novas análises.

Neste texto discutiremos práticas pedagógicas na Educação Infantil na interface com o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009a). Desta forma este trabalho se estrutura em torno da análise de eventos selecionados a partir da releitura de cinco destas dissertações (BARBOSA, 2004; SANTOS, 2005; TOLEDO, 2010; MAIA, 2011; RONCARATI, 2012) que tiveram como campo empírico o cotidiano da Educação Infantil.

Este movimento teve como proposta a busca por eventos que apresentassem práticas ocorridas nas creches e pré-escolas. Para esse material olhamos de um outro lugar e de um outro momento buscando pistas e discutindo as práticas em diálogo com as Diretrizes (BRASIL, 2009a).

Durante a leitura das pesquisas, mergulhamos na forma de compreender o campo de cada uma das investigações, seus objetivos e a metodologia de cada um dos estudos. Uma vez conhecido o contexto de construção dos dados, passamos a formar uma coleção com os eventos recortados a partir do que os mesmos nos faziam suscitar sobre o cotidiano da Educação Infantil. De todos os eventos selecionados trouxemos cinco que são representativos do que se apresentou no conjunto do material estudado.

Estabelecer relações entre o material disponível e as Diretrizes também exigiu um movimento de contextualização que foi realizado através do estudo da legislação relacionada à Educação Infantil e textos que subsidiaram sua elaboração, em particular o documento “Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica” (BRASIL, 2009b), assim como textos de outros autores que tratam das questões sobre infância, Educação Infantil, práticas curriculares com crianças.

II. Educação Infantil e legislação

A Educação Infantil tem, através de marcos legais, instituídos a partir da Constituição Federal de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96 alcançado conquistas significativas. No bojo dos avanços e políticas em relação ao



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

atendimento das crianças, podemos destacar: a Lei nº 11.494 de 20/06/2007 que regulamenta o FUNDEB; Emenda Constitucional Nº 59/2009, que prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009a) e a Lei 12.796 de 4 de abril de 2013, que altera a LDB 9394/96 apresentando em seu texto as orientações a respeito do funcionamento das instituições de Educação Infantil.

Participar do campo de disputa educacional, traz para a Educação Infantil maior visibilidade e preocupação em relação ao atendimento das crianças. Estas conquistas se traduzem em uma série de publicações como a Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação (BRASIL, 2006a); os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006b); Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009c);

O lugar assegurado à Educação Infantil pela legislação traz questionamentos sobre as práticas exercidas nas creches e pré-escolas. De acordo com a LDB - Lei nº 9394/96, a Educação Infantil tem “como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Art.29). A possibilidade de trabalhar com a criança pequena nos leva a pensar sobre a natureza desse trabalho, ou seja, de se buscar o que é específico da Educação Infantil.

De acordo com as Diretrizes (BRASIL, 2009a), no Art. 3º, o currículo da Educação Infantil é concebido como “um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico”. Ao dar ênfase ao currículo como um conjunto de práticas, as Diretrizes apontam para uma concepção de currículo que se sobrepõe a modelos teóricos tradicionais. O fazer com a criança constitui o currículo que com ela se constrói articulando suas experiências e saberes aos conhecimentos histórica e socialmente produzidos

Em seu artigo 4º assume a criança como centro do planejamento curricular e sujeito histórico e de direitos que:

nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009a)

Esse currículo se concretiza nas práticas pedagógicas que devem ter como eixos norteadores as “interações e a brincadeira” (BRASIL, 2009a, Art. 9º). Essas práticas



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

perpassam todo o cotidiano e permitem pensar as concepções de criança e infância. Englobam momentos em que se planejam os espaços; a forma como as crianças são acolhidas; a maneira como são conduzidas as atividades de alimentação, higiene; as experiências propostas para as crianças nesses espaços.

A produção acadêmica sobre a Educação Infantil tem enfatizado a importância da realização de pesquisas que se debrucem sobre as condições reais do trabalho realizado com as crianças. Na pesquisa realizada por Campos, Füllgraf e Wiggers (2006, p. 119), destacam como uma questão séria ao tratarmos desta etapa de ensino, a “despreocupação com a programação educativa desenvolvida com as crianças”.

Nos resultados da pesquisa em instituições de Educação Infantil na cidade do Rio de Janeiro, Kramer ressalta que:

O resultado fornece exemplos importantes e facetas interessantes do cotidiano com as crianças nas instituições. Contudo por vezes constitui um espelho difícil de olhar: o que vemos refletido nele é a própria imagem do que ainda não foi conquistado nas práticas, embora venha sendo alvo das políticas e da pesquisa teórica e empírica. (KRAMER, 2009, p.17)

Rocha (2011) destaca a importância que devemos ter enquanto pesquisadores com o interior dos sistemas educacionais que mantêm creches e pré-escolas. Para a autora “a definição e a orientação das práticas educativas com crianças pequenas é uma inquietação no campo científico” (p. 367).

Campos et al (2011a), apontam como um dos resultados da pesquisa sobre a qualidade na Educação Infantil realizada em seis capitais brasileiras, a importância de que estudos aprofundem o conhecimento sobre as condições de funcionamento e as práticas vigentes nas instituições de educação infantil.

Pesquisadores vêm apontando a importância de que pesquisas aprofundem o conhecimento sobre as condições de funcionamento e as práticas vigentes nas instituições que atendem às crianças. Nesse sentido buscamos em pesquisas realizadas sobre práticas e interações na Educação Infantil elementos para exercer nossa análise.

III. Práticas e interações na Educação Infantil



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Uma questão central no atual momento da Educação Infantil é a de seu papel educativo. O debate sobre o cuidar-educar dominou de certa forma os posicionamentos sobre o papel da creche e da pré-escola, ocupou os espaços de pesquisa, formação e atuação a partir do momento em que se optou pela assunção do segmento integralmente pela educação. Historicamente havíamos caminhado entre assistencialismo, antecipação da escolarização, compensação de defasagens, teorias subjetivistas. Em busca de um perfil temos estado em um quadro de patchwork, uma colcha de retalhos. Campos et al observam que “Do ponto de vista do currículo e da orientação pedagógica, o que se observa é uma grande heterogeneidade nas condições de funcionamento e nos métodos de trabalho adotados com as crianças, com repercussões na qualidade do atendimento oferecido” (2011b, p. 17).

Ser primeira etapa da Educação Básica, ser obrigatória a partir dos 4 anos, ser direito da criança, faz com que o papel educativo da Educação Infantil se revista de uma relevância cada vez maior e se encontre em pleno momento de afirmação e definição. Segundo Campos et al “há um debate aberto sobre o tipo de currículo que deve ser adotado na EI”. (2011b, p.30)

Ter papel educativo e compor a Educação Básica se traduz em muitos casos em uma visão escolarizada, em antecipação de conteúdos e práticas que objetivam o ensino e o cumprimento de tarefas. A visão escolarizada que se assemelha e antecipa práticas do Ensino Fundamental ainda é uma constante em grande parte das práticas registradas nas pesquisas estudadas, muitas vezes em atividades que não permitem a criatividade, o exercício da autonomia e nada apresentam de desafiantes.

Analisando desdobramentos da inserção da Educação Infantil na Educação Básica, Kramer, Nunes, Corsino (2011, p.71), observam que no Ensino Fundamental essa inserção poderá provocar a revisão de práticas, mas, “por outro lado, tem provocado o retorno, o reforço e a continuidade de práticas que associam educação à instrução, com atividades mecânicas onde as crianças são treinadas a seguir instruções (cobrir pontilhado, copiar e repetir)”.

Toledo (2010) pesquisou as relações entre as crianças e a natureza em uma escola de Educação Infantil de uma rede pública municipal a partir de observações, registros fotográficos e oficina com as crianças. Nesta pesquisa “trabalhinhos” que restringem a autoria das crianças foram observados no estudo.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

O “trabalhinho” mimeografado tem a figura de um palhaço segurando vários balões de gás, cada um com uma letra dentro. As crianças devem identificar as letras que compõe seu nome e pintar os balões correspondentes. A Professora repreende Ke, tirando o lápis de cera da mão dele: “Por que você pegou outra cor para colorir os balões? Você tem que usar a mesma cor em todos os balões!” (TOLEDO, 2010, p. 54).

A característica instrutiva dessa atividade é tão acentuada que sequer a criança pode variar as cores do lápis, o que é demarcado de forma impositiva pela professora. Uma atividade na qual não houve interação, relação e troca de conhecimentos, expressão de gosto e opinião ou exercício da autonomia e senso estético. Apenas o cumprimento de uma ordem.

Atitude semelhante foi encontrada na pesquisa de Maia (2011) em duas escolas públicas municipais de Educação Infantil. Tendo como estratégias metodológicas a observação da prática pedagógica e de momentos de planejamento, a pesquisa teve como o objetivo compreender porque as escolas de Educação Infantil organizam seu currículo em torno de datas comemorativas do calendário civil e religioso.

A professora foi ao quadro e desenhou uma camisa explicando enquanto desenha: “a camisa tem gola, botões e bolso, tem que por nome. Agora vocês vão pintar e escrever aqui atrás “Papai TE AMO”. A professora escreve atrás de uma camisa e põe em uma mesa como modelo para copiarem. Recomenda: “Escolham uma cor só, não é para papagaiarem não. Cada criança faz uma camisa branca e uma amarela” (MAIA, 2011, p.112).

No imperativo de cumprir a tarefa, a criança, além de ter que fazer exatamente o que lhe foi orientado, sequer pode dizer o que quer ao seu pai, se é que há um pai para dizer algo. Essa é uma outra característica muito presente nas práticas observadas, a utilização de datas comemorativas como conteúdo da Educação Infantil, norteador e delimitando o currículo, como registra Maia (2011). De acordo com a autora:

O currículo organizado ano após ano em torno das mesmas datas comemorativas corre o risco de estar engessado em torno do cumprimento de um cronograma de caráter monocultural, distante do interesse real da criança e de não reconhecer a diversidade das experiências de crianças e adultos e em que perspectiva se dá a formação cultural desses sujeitos que produzem cultura e são constituídos em suas subjetividades na cultura. (MAIA, 2011, p.29)

As diretrizes se pautam em princípios éticos, políticos e estéticos que devem nortear as práticas com a criança. Muitas vezes em nome de um resultado estético adultocêntrico, de uma disciplina que se impõe sobre a criança ou de uma visão de mundo, esses princípios são ignorados e a criança se vê desrespeitada na garantia de que esses princípios não só lhe sejam ensinados, mas que de que as relações com ela se deem pautados por eles.

A antecipação da escolarização é claramente tratada nas Diretrizes:



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2009a, Art.11º)

A não antecipação de conteúdos não quer dizer que não haja a preocupação com as aprendizagens da criança, inclusive com aprendizagens que lhe serão diretamente necessárias no Ensino Fundamental. Não porque serão necessárias no Ensino Fundamental, mas porque são conhecimentos construídos e elaborados historicamente e socialmente, que estão disponíveis e lhe são acessíveis, que têm sentido para a criança.

Considerar que os conhecimentos podem ser apresentados à criança sem que estes se tornem mais importante que a própria criança, foi observado na pesquisa de Santos (2005) realizada em uma turma de pré-escola de uma escola pública municipal com o objetivo de investigar a relação das crianças com o consumo a partir das interações entre crianças e adultos e das crianças entre si.

A professora apresenta para as crianças um cartaz no qual explica a “linha do tempo”. No cartaz estão coladas várias gravuras recortadas de revistas, formando uma linha horizontal: primeiro, uma mulher grávida, depois um bebê engatinhando, depois crianças maiores andando, seguidos de uma gravura de adolescentes, adultos e por fim, de velhos. A professora vai falando.

Professora: primeiro a gente fica na barriga da mamãe, depois nasce, vai crescendo, vai aprendendo as coisas, fica adulto, tem filhos e depois fica velho, bem velhinho!

Roger: velho morre!

João: é... Mas tem criança que nem cresce e já morre, né tia?

Professora: é... Então, é só velho que morre?

Pedro: não, Priscila amiga da minha avó se enfiou um garfo aqui (coloca a mão na perna).

Professora: nela ou em você?

Pedro: nela.

De repente, Raquel vira e olha para a pesquisadora, com o dedo em riste e fala:

Raquel: não escreve isso aí não, hein? (risos).

Rafaela interrompe a conversa: só as meninas que tem neném dentro da barriga!

Professora: é, Rafaela? Por quê?

Rafaela: porque só as meninas são mães.

Professora: é verdade, na natureza só as mulheres têm órgãos para gerar filhos. (A professora muda de atividade. Vamos todos para a brinquedoteca). [...] (SANTOS, 2005, p.31)

No evento acima, a professora tem um objetivo e uma concepção de tempo linear que quer demonstrar e a criança logo rompe. João já apresenta uma outra rota do tempo, que embora possa ser linear, tem alterações de percurso. A informação de João é acolhida, assim como a de Raquel e a de Rafaela. Todos têm ou podem ter o que dizer, acrescentar, ensinar. A percepção das possibilidades e potencialidades da criança respeitando sua faixa etária e sua singularidade permitem que o/a professor/a seja mediador na construção de sentidos em sua



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

ação sobre o mundo. Ter a criança como centro da ação pedagógica pressupõe ouvi-la e perceber os sentidos que ela já atribui às coisas e conceitos do mundo social e cultural.

A cultura, a ciência, as relações entre pessoas e entre essas e as coisas são percebidas pela criança e traduzidas também nos momentos de interações não dirigidas pelo adulto. A observação e intervenção cuidadosa nesses momentos fazem parte do papel educativo da Educação Infantil, não dissociado do cuidado, mas não apenas. É direito da criança estar em interação livre com seus pares e nessa interação expressar-se, ser interpretada e interpretar, ser interpelada e interpelar, em um processo de reprodução interpretativa como aponta Corsaro (2011).

Na experiência da relação com o outro a criança aprende sobre ela mesma e sobre o outro, convivendo aprende a conviver. Ela experimenta e reproduz os comportamentos que observa e busca no adulto uma referência. A intervenção equilibrada constitui elemento importante na elaboração que ela faz para que eleja as próprias condutas.

Na concepção de Educação Infantil que vem tomando corpo na legislação que a ela se segue, a brincadeira e as interações são eixos norteadores, ponto reiterado no artigo 9º das Diretrizes. À medida que a brincadeira sai do nicho pejorativo da desocupação e é compreendida como linguagem característica da criança, como forma de reproduzir, representar e interpretar o mundo, ela vem sendo incorporada as práticas na Educação Infantil, embora ainda muitas vezes como pretexto ou meio para ensinar algo.

Na pesquisa de Barbosa (2004) realizada a partir de interações entre crianças e adultos em uma pré-escola municipal, a brincadeira e seus materiais aparecem frequentemente ainda utilizados como estratégia ou recurso para o ensino:

A professora organiza a rodinha e começa a mostrar os brinquedos que estão em cima da mesa. O primeiro brinquedo é um jogo de cinco dedoches que formam uma família. A professora pergunta do que é feito e as crianças respondem que é de pano. A professora continua explicando que é feito de um pano grosso que é chamado de feltro, e que está colado e costurado. A professora distribui os dedoches e diz que é para as crianças verem como é o feltro e vai perguntando: “*É mole? É áspero?*”. Mas as crianças não estão interessadas em ver se é mole, áspero, macio; os dedoches vão passando de mão em mão, ou melhor, de dedo em dedo e cada criança vai brincando. Um menino vira para o amigo ao lado, balançando o dedochinho, falando com uma voz bem fininha: “*Oi Leo, tudo bem? Você veio na escola hoje?*”. E o menino responde positivamente com a cabeça na direção do dedochinho. Outra menina conversa consigo mesma e depois faz o dedochinho dar beijinhos na amiga ao lado. O dedochinho que está no dedo do Sam conversa com o dedochinho que está no dedo do amigo ao seu lado. Uma outra menina embala o seu dedochinho. Nesse momento, a professora interfere e diz que “*é para passar rápido, que é só para ver e vocês estão brincando?!... são nove horas*”. As crianças já estão há 40 minutos sentadas na rodinha, e ainda continuam por um bom tempo. (BARBOSA, 2004, p. 87).



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Dar a brincadeira e aos brinquedos um caráter de utilidade se sobrepondo ao livre uso pela criança geralmente torna o intento árduo para ambos os lados. A criança nesses momentos costuma fazer o que Corsaro (2011) chama de “ajustes secundários” (utilizando um conceito desenvolvido por GOFFMAN, 1961). Os ajustes secundários são de acordo com Goffman (1961, p.189 apud CORSARO, 2011, p.55), “qualquer disposição habitual pela qual o membro de uma organização emprega significados não autorizados, ou obtém finalidades não autorizadas, ou ambos, contornando assim os pressupostos da organização sobre o que ele deve fazer e ter e, portanto, o que ele deveria ser”.

De acordo com Corsaro (idem), a criança produz uma variedade de ajustes para adequar e se adequar as regras e procedimentos da escola e os professores tendem a tolerar esses ajustes porque eles minimizam, de certa forma a imposição das regras. Os dedoches circulam pela roda e enquanto a professora espera que verifiquem a textura do material, as crianças se divertem, criam. A professora não deixa de manter sua expectativa e objetivo sobre a atividade, mas este convive com o ajuste da criança que enxerta à atividade o prazer e o sentido.

A pesquisa de Roncarati (2012) realizada em duas creches públicas tendo como tema a educação dialógica na creche aponta que quando o adulto se permite vivenciar com as crianças a brincadeira, ainda que seja liderança nessa brincadeira, o que se observa é uma aprendizagem prazerosa, significativa, desafiadora para ambas as partes, crianças e adultos.

Assim que cheguei à creche as crianças estavam subindo as escadas para irem ao solário. Subiam segurando no corrimão – a escada é bem grande, o solário é no 3º andar e a sala da turma no 1º andar.

As crianças brincavam com bolas, corriam ou exploravam brinquedos. Vi as educadoras se divertirem muito, sentirem prazer em brincar e em brincar com as crianças. Elas não pareciam preocupadas em ensinar algo para as crianças. Havia alguns carrinhos próprios para as crianças entrarem e darem impulso com os pés para andar ou serem empurradas, pois há um apoio como o de um carrinho de bebê, para tal. A auxiliar Patrícia subiu no carrinho e foi empurrada pela professora Denise. Divertiam-se e riam muito.

As crianças observavam e também riam da cena, que, de fato, estava engraçada. No momento em que ela saiu do carrinho, algumas crianças quiseram vivenciar a mesma brincadeira e sentavam, uma a uma, no carrinho, o qual Patrícia empurrava pelo solário. Ela passava pelas crianças e falava com elas, convidando-as, também, para empurrar o carrinho com ela.

Muitas crianças aceitaram o convite e foram empurrar. No início da brincadeira com as crianças e o carrinho, Patrícia empurrava, mas, em seguida, ela passou a convidar as crianças para empurrarem umas as outras sem a ajuda dela, o que elas conseguiram fazer. Patrícia mediou essa relação e, mesmo não sendo mais a responsável por empurrar, ficou perto, acompanhando e observando o movimento das crianças (RONCARATI, 2012, p. 58)



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

As professoras parecem envolvidas com as crianças e seus interesses. Entendendo a brincadeira como experiência de cultura, qual tem sido seu espaço nas relações entre adultos e crianças nas instituições de Educação Infantil? Entendemos que esta prática inclui a participação dos adultos que nas brincadeiras diminuem a distância entre as crianças.

Considerações Finais

A Educação Infantil que se propõe teórica e legalmente tem lugar definido no quadro da legislação e das políticas. Pesquisas realizadas em diferentes partes do mundo apontam a importância do segmento que, além de ser direito da criança, aumenta suas possibilidades frente às demandas da sociedade, principalmente as de natureza acadêmica. Sabemos que não basta ampliar a oferta, tem que produzir uma boa escola de Educação Infantil e esse é o objetivo da elaboração das Diretrizes.

Como pode ser observado no decorrer do trabalho, as Diretrizes (BRASIL, 2009a) ainda se encontram em processo de implementação. A filosofia e as concepções sobre infância, crianças e sua escolaridade penetram o espaço educativo em meio a outras concepções que se perpetuam e se renovam em função da interpretação que se faz das próprias Diretrizes. Na releitura das dissertações a que nos propomos essa tendência se confirma.

A partir dos eventos analisados podemos questionar qual é o sentido de uma educação onde não há espaço para a criação, expressão, autonomia das crianças? Estamos educando para quê? Práticas pedagógicas centradas no adulto, que parecem não ter sentido para as crianças, que desconsideram seus interesses ainda se colocam como desafio no trabalho de algumas creches e pré-escolas.

Entendemos que a criança deva ter centralidade nas práticas, que a brincadeira é eixo norteador do currículo, que as interações entre crianças e crianças, crianças e adultos, crianças e culturas, devam ter prioridade sobre qualquer outra forma de organização do trabalho. Sem, contudo, perder de vista o papel organizador e mediador do adulto, que é o sujeito mais experiente da cultura nessa relação e responsável por participar da inserção da criança no mundo social e cultural.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Creches e pré-escolas são instituições educativas que possuem responsabilidade para com as crianças pequenas, seu desenvolvimento e sua aprendizagem, o que demanda um trabalho intencional como aponta o Art. 5º das Diretrizes. No entanto, essa concepção que é preconizada em teoria e lei, ainda se encontra em processo de efetivação nas práticas. Em nossa pesquisa buscamos observar nos campos revisitados evidências desse processo. Algumas vezes apontando a distância entre as Diretrizes e a prática, outras confirmando uma realidade que caminha, ainda que com tropeços, em direção a uma oferta de Educação Infantil que tenha a criança como centro de toda ação pedagógica nas creches e pré-escolas.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Silvia Neli Falcão. *Nas tramas do cotidiano: adultos e crianças construindo a educação infantil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Educação, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao Acesso em 20/06/14.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 11.494 de 20/06/2007* – Regulamenta o FUNDEB. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L11494.htm Acesso em 20/06/14.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Emenda Constitucional Nº 59/2009* - Prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em 20/06/14.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013* – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm Acesso em 20/06/14.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil*: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília, 2006b.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica*/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica – Brasília: 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/subsidios_dcn.pdf acessado em 17/10/09. Acesso em 20/06/14.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil*. Resolução CNE/CEB 5/2009a. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Dezembro de 2009a, Seção 1, P. 18.

BRASIL. MEC/SEB. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: 2009c

CAMPOS, M.M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados da pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.36, n.127, p.87-128, jan./abr.2006.

CAMPOS, Maria Malta et al. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*. v. 41 n. 142 Jan./Abr. 2011a, pp. 20-50.

CAMPOS, M. M. BHERING, E. B. ESPOSITO, Y. GIMENES, N. ABUCHAIM, B. VALLE, R.UNBEHAUM . S. A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 15-33, jan./abr. 2011b

CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2011.

KRAMER, S. (Orgs). *Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil*. São Paulo: Ática, 2009.

MAIA, Marta Nidia Varella Gomes. *Educação Infantil – Com quantas datas se faz um currículo?* Rio de Janeiro, 2011. 186 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ROCHA, E. A.C; KRAMER, S. (Orgs). *Educação Infantil: Enfoques e diálogos*. São Paulo: Papirus, 2011.

RONCARATI, Mariana. *Perspectivas de uma educação dialógica na creche: a co-autoria da criança na construção da prática educativa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2012

SANTOS, Núbia de Oliveira. *Infância, práticas culturais e consumo: um olhar sobre crianças e adultos numa escola pública*. Rio de Janeiro, 2005. 122p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA
PESQUISA COM CRIANÇAS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

TOLEDO, Maria Leonor Pio Borges de. *Relações e concepções de crianças com/sobre a natureza*. Rio de Janeiro, 2010. 125p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.